



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTORIA E CRITICA DA ARTE
CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Documentos do Museu Chryso Fontes: Itinerário para preservação

Aurea Ferreira Chagas

Orientadora: Ms. Ana Paula Corrêa de Carvalho

Rio de Janeiro, 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTORIA E CRITICA DA ARTE
CURSO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Documentos do Museu Chryso Fontes: Itinerário para preservação

AUREA FERREIRA CHAGAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Conservação e Restauração da Universidade
Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Conservação e Restauração.

Orientadora: Ms. ANA PAULA CORREA DE CARVALHO

Rio de Janeiro, 2016

CIP - Catalogação na Publicação

C433d Chagas, Aurea Ferreira
Documentos do Museu Chryso Fontes : itinerário
para preservação / Aurea Ferreira Chagas. -- Rio
de Janeiro, 2016.
40 f.

Orientador: Ana Paula Corrêa de Carvalho.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Belas Artes, Bacharel em Conservação e Restauração,
2016.

1. Documentos - Conservação e restauração. 2.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade
de Odontologia. Museu Chryso Fontes. I. Carvalho,
Ana Paula Corrêa de , orient. II. Título.

DOCUMENTOS DO MUSEU CHRYSO FONTES: ITINERÁRIO PARA PRESERVAÇÃO
AUREA FERREIRA CHAGAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Conservação e Restauração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Conservação e Restauração.

Aprovador por:

Professora. Ms. Ana Paula Corrêa de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Dra. Tatiana da Costa Martins

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Professora Dra. Maria Lúcia de Niemeyer Matheus Loureiro

Museu de Astronomia e Ciências Afins

A essência da vida é o vínculo.

(Nilton Bonder)

RESUMO

CHAGAS, Aurea Ferreira. **Documentos do Museu Chryso Fontes: Itinerário para preservação**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia, (Bacharelado em Conservação e Restauração), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

O presente trabalho foi desenvolvido dentro do Programa de Acervos Científicos e Culturais do Centro de Ciências da Saúde, voltado para o acervo do Museu Chryso Fontes. O Museu pertence à Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro desde 1953. A partir da necessidade de reorganizar seu acervo foram elaboradas estratégias para sua preservação. Contando com a colaboração dos demais envolvidos na ação extensionista, seu acervo foi diagnosticado quanto ao estado de conservação. As ações se detiveram mais especificamente na documentação do museu, haja vista sua importância em relatar o itinerário do próprio museu e de todos os seus objetos. Agora, inferidas medidas que asseguram seu acesso e sua segurança de sua história, o museu pode caminhar na empresa de consolidar novamente sua reorganização e seu funcionamento.

Palavras-chave: conservação-restauração; Museu Chryso Fontes, documentação.

ABSTRACT

CHAGAS, Aurea Ferreira. **Documentos do Museu Chryso Fontes: Itinerário para preservação**. Rio de Janeiro, 2016. Monografia, (Bacharelado em Conservação e Restauração), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

The present work was developed within the program of applied physics and cultural Collections of the Center for Health Sciences, facing the Museum Chryso Fontes. The Museum belongs to the school of dentistry at the Federal University of Rio de Janeiro since 1953. From the need to reorganize its collection were prepared strategies for its preservation. With the collaboration of others involved in the action, extensionists its collection was diagnosed about conservation status. Stocks have stopped specifically in the documentation of the Museum, given its importance in reporting the itinerary of the museum itself and all its objects. Now, inferred measures to ensure your access and your safety in its history, the Museum can walk in the company to consolidate its reorganization and its working again.

Keyword: conservation – restoration; Museum Chryso Fontes; documentation.

Agradecimentos

À minha filha Agnes Chagas Castelo Branco por manter inabaláveis sua alegria e entusiasmo mesmo ao lhe faltar o principal interlocutor.

Meus agradecimentos à Graça Maria Marques Branco pela acolhida carinhosa no momento de estabelecer mudanças de rumo.

Aos meus pais pelos ensinamentos de perseverança.

À minha irmã Elaine por me ensinar a ver os raios de sol nos dias mais nublados.

À minha orientadora Ana Paula Corrêa de Carvalho pelo apoio e parceria nessa caminhada de conquistas, construções e descobertas.

Aos professores Benvinda de Jesus Ribeiro, Felipe Scovino Gomes Lima, Pedro Meyer Barreto que não se contentam em ministrar suas disciplinas, mas estimulam os caminhos individuais. Minha admiração.

À Diana Maul de Carvalho por permitir o compartilhamento de sua longa experiência e expertises nessa grande universidade, através de agradáveis conversas.

Ao professor Edinilson Porangaba por tornar disponível o acesso ao Museu da Faculdade de Odontologia e pelo incentivo em trabalhar o tema.

À professora Patrícia de Andrade Risso pela parceria durante o trabalho.

À minha amiga Aline Gomes Lima pelos sinceros embates que ajudaram a construir e fortalecer meus melhores discursos de defesa de campo.

À irmã Marcia Marques que vê cores através de nossas substâncias mais densas.

Aos meus irmãos de grau que sempre estiveram a postos para me apoiar e tornar intransponíveis os círculos de proteção.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 01 |
| Capítulo 1 - O Museu – lugar social..... | 03 |
| 1.1 Definição de Museu..... | 03 |
| 1.2 O museu no mundo..... | 05 |
| 1.3 O museu no Brasil..... | 06 |
| 1.4 As funções do museu..... | 08 |
| 1.5. Tipos de Museu..... | 09 |
| 1.6. O museu universitário..... | 10 |
| Capítulo 2 - Preservação – O ponto de partida..... | 12 |
| 2.1 Preservação..... | 12 |
| 2.2 Conservação..... | 14 |
| 2.3 Restauração..... | 15 |
| 2.4 Musealização..... | 16 |
| 2.5 Coleção..... | 18 |
| 2.6 Documento..... | 20 |
| 2.7 Documentação – documentação museológica..... | 21 |
| 2.8 Objeto..... | 22 |
| Capítulo 3 - O Museu Chryso Fontes – museu vivo..... | 25 |
| 3.1. Antecedentes – A formação da Faculdade de Odontologia da UFRJ..... | 25 |
| 3.2. Formando a coleção – o museu ativo..... | 28 |
| 3.3. Ações de preservação..... | 33 |
| 3.4. Documentos do museu – o itinerário..... | 39 |
| Considerações Finais..... | 41 |
| Referências..... | 42 |

Introdução

Ao longo do tempo o homem seleciona e armazena objetos. Esses itens são recursos simbólicos que depositários de sentidos, realimentam um momento identitário de um personagem ou grupo social.

O homem utiliza essas narrativas simbólicas, tanto para manter estruturas que considera importantes e para sua manutenção como indivíduo social, como para rever conceitos e lugares a que não percebe ressonância.

Podemos entender os porquês de manter objetos que ainda articulam conceitos que nos referenciam, mas e quanto a defender objetos que já não se coadunam com nossas expectativas presentes e futuras? Há valor na manutenção desses objetos? Quais são os referências que definem esse lugar do objeto selecionado? Pode um objeto mudar de lugar? Trago aqui um olhar sobre o acervo do Museu Chryso Fontes - MCF da Faculdade de Odontologia - FO da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Desativado desde 2010, hoje o museu trabalha para, novamente se inserir na dinâmica social. Dinâmica essa que encontra lugar dentro da extensão universitária.

O Museu, instrumento social dinâmico, guarda em sua documentação o momento dos sentidos de sua criação, o mote, o engendramento que justificou sua formação. Partindo da análise de seus documentos o presente trabalho se propõe a abrir um caminho para entender os mecanismos que participam de sua preservação.

Os objetivos que cercam esse trabalho são lançar luz à documentação do Museu Chryso Fontes, explicitando os sentidos de sua constituição. Uma vez construída, essa documentação, pode, no momento em que o museu passa um período de reformulação, trazer a dimensão e os interesses que orquestraram seu funcionamento até então.

Para o desenvolvimento da proposta foram feitas a revisão bibliográfica sobre a temática abordada e pesquisa no acervo documental do Museu Chryso Fontes.

O Museu Chryso Fontes é um museu universitário, inserido na missão de uma entidade de ensino superior de âmbito federal. A Faculdade de Odontologia, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, órgãos aos quais está mais diretamente vinculado incentivam a expansão da extensão universitária auxiliando o exercício de um dos propósitos da universidade: interagir com a sociedade. O MCF faz parte da direção de extensão da FO onde está localizado dentro do organograma. Preservar não só a documentação do museu, mas seus objetos e sua trajetória pode revelar sua vocação extensionista, mesmo antes dessa ação ser tão evidenciada nos dias de hoje.

O presente trabalho utiliza a documentação museológica do MCF para traçar um panorama do museu no que tange os aspectos de registro, construção de um sistema de informação, formação de coleções, políticas de aquisição. Tomando como norteador os fundamentos da documentação museológica em Ferrez e nas instituições Conselho Internacional de Museus - ICOM e Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais - ICCROM a análise da documentação do MCF toma o caminho inverso ao da formação de um museu. Aqui a documentação não é o agente registrador dos objetos, mas o mostruário dos alicerces sobre os quais este museu foi engendrado.

Será que a documentação é realmente tão fundamental à estrutura do museu? A conservação e restauração dos objetos dependem tanto da documentação museológica a ponto de sua ausência impedir o desenvolvimento da atividade?

Essa monografia está estruturada em 3 capítulos. O primeiro capítulo trata da definição de museu e avança sobre as configurações do tema no Brasil e no mundo. Adentra as questões dos tipos e funções de museu e com mais detalhes sobre o museu universitário. O capítulo 2 traz a documentação, sobretudo no âmbito da museologia, como lugar de destaque para o cumprimento da missão de tais instituições, traz a preservação de forma geral e através de suas alças específicas, a conservação e a restauração, onde é apresentada a ligação entre a documentação e seus princípios. O Museu da Faculdade de Odontologia é apresentado no terceiro capítulo, desde seus antecedentes até sua situação atual, sempre dentro do locus universitário, também são tratadas aqui as ações de preservação que tiveram lugar dentro do Programa de Acervos Históricos, Científicos e Culturais – PROAHCC do Centro de Ciências da Saúde - CCS.

Capítulo 1 - O Museu – lugar social

O capítulo 1 aborda o tema museu, construindo um panorama sobre sua definição. Em torno do tema avançamos sobre os tipos e funções do museu com o objetivo de estabelecer suas bases fundamentais.

1.1 Definição de Museu

Os museus são lugares. Lugares de ir, de vir; lugares de ficar e estar; de ver e de ouvir; lugares de tocar e sentir. Podemos encontrá-los nas ruas, nas praças, nas esquinas, e na cidade e nos campos. Ainda em solares e prédios, em jardins e em monumentos. Chagas acrescenta;

Casas, fazendas, escolas, fábricas, estradas de ferro, músicas, minas de carvão, cemitérios, gestos, campos de concentração, sítios arqueológicos, notícias, planetários, jardins botânicos, festas populares, reservas biológicas – tudo isso poderia receber o impacto de um olhar museológico. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2007, p.20)

O museu é o lugar onde estão as possibilidades de interação do sujeito com os objetos, seus sentidos e suas narrativas. Não é difícil apreender a impressão de que tudo pode ser um museu. “Um dos espaços institucionais que no contexto globalizado das modernas sociedades ocidentais abrigam e exibem as coleções [...] são os ‘museus’”. (GONÇALVES 2007, p.24)

Falar de museu pode ser uma tarefa bastante profícua se adotarmos as possibilidades apontadas por Mairrese, onde podemos evocar seus sentidos:

Pela abordagem conceitual (museu, patrimônio, instituição, sociedade, ética, museal), por meio da reflexão teórica e prática (museologia, museografia), por seu funcionamento (objeto, coleção, musealização), pelos seus atores (profissionais, público), ou pelas funções que decorrem de sua ação (preservação, pesquisa, comunicação, educação, exposição, mediação, gestão, arquitetura)? (MAIRESSE 2013, p.23)

Pode ser que o museu hoje seja um mecanismo acessível, facilmente reconhecível e amplamente utilizado pelo público infantil, jovem e adultos. Mas as discussões em torno desse fenômeno (SCHEINER, 2012) não são rapidamente extinguíveis, vista a multiplicidade de seus potenciais e articulações.

O museu é a esfera que acomoda tudo isso, o conceito, baseado em teoria, a prática, que exerce o funcionamento a partir de suas funções, e movimentada por seus atores. O

museu é o lugar a que todos conhecem, mesmo que seja por um único e determinado ponto de vista.

Mesmo que voltemos os olhos para tecer longas e complexas teias sobre seus recursos, suas diretrizes básicas não devem ser esquecidas.

Os museus, assim como a própria Museologia, estão voltados basicamente para a preservação, a pesquisa e a comunicação das evidências materiais do homem e do seu meio ambiente, isto é, seu patrimônio cultural e natural. (FERREZ 1991, p.1)

O museu tem suas origens apontadas na Grécia antiga, *locus* do *mouseion* ou Templo das Musas¹. O *mouseion* é esse local, onde, segundo Suano, “ a mente repousava e onde o pensamento profundo e criativo, liberto dos problemas e aflições cotidianos, poderia se dedicar às artes e às ciências”.

Esse passado remoto não perdeu seu vigor, e, “nas últimas décadas, observa-se um notável crescimento dos museus em todo o planeta. Aparentemente, estamos vivendo uma nova ‘era dos museus’”. (GONÇALVES 2007, p.25)

Esses primeiros agrupamentos de objetos funcionavam como um panorama da evidência material do homem ao redor do mundo e davam amostras da diversidade de características e técnicas envolvidas na construção desses itens. Funcionando como um caleidoscópio de possibilidades, segundo SUANO (1986) “O mouseion de Alexandria possuía, além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes”, algumas dessas tipologias também encontradas em universidades.

As instituições museais, já percebidas nesses primeiros movimentos, trazem embutidas em seus sentidos o colecionismo, “lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio”. (MAIRESSÈ 2013, p.64)

Mairesse denuncia que para realizar algo sobre esses conjuntos é necessário primeiro que esses sejam juntados “o museu é definido como um instrumento ou função concebida pelo Homem em uma perspectiva arquivística, de compreensão e de transmissão.” (MAIRESSÈ 2013, p.66)

Não incorrendo no equívoco de considerar tais mecanismos pouco dinâmicos os museus não deixam de ter em seu escopo primário suas já conhecidas atribuições, porém recobertas de movimento, o que atualiza sua relação com o tempo de velocidade e tecnologia.

1 As Musas são, segundo a mitologia grega, as filhas de Zeus com a deusa da memória Mnémosine.

Selecionar, reunir, guardar, e expor coisas num determinado espaço, projetando-as de um tempo a outro, com o objetivo de evocar lembranças, exemplificar e inspirar comportamento, realizar estudos e desenvolver determinadas narrativas parecem constituir as ações que, num primeiro momento estariam nas raízes dessas práticas sociais chamadas, convenientemente, de museus. (CHAGAS 2009, p.22)

Os museus mantenedores de objetos e narrativas sofreram fortes transformações que afetaram as formas de apresentar suas peças ao público. Sejam em formas mais tradicionais ou contemporâneas eles estão inseridos na dinâmica das cidades e acompanham suas demandas e exigências.

Poderia dizer que, a sobrevivência ou manutenção de um museu está diretamente relacionada com sua capacidade de se adaptar às demandas solicitadas pelas transformações sociais.

1.2 O museu no mundo

Os museus são uma realidade em franca mutação e crescimento. Acompanham as mudanças e demandas sociais e culturais, circunstâncias às quais encontram os mais estreitos vínculos. Esses lugares sociais aponta Chagas, “conquistaram notável centralidade no panorama político e cultural do mundo contemporâneo.” (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2007, p.20)

A partir do *mouseion* muitas transformações ocorreram na forma de constituir as coleções e instituir as políticas de acesso. Antes as coleções que participavam de ocultamento ou restrição de acesso, e os acervos antes voltados para a divindade agora se voltam para o homem. Nesse sentido, “em 1683, a partir da doação de Elias Ashmole de sua coleção à Universidade de Oxford, surgiu [...], primeiro museu público de que se tem notícia, ainda um local de pesquisa destinado prioritariamente aos alunos da universidade”. (GASPAR, 1993)

Já com o conceito de acervo e patrimônio ampliados, são criados grupos que buscam fomentar a discussão sobre as questões museológicas.

Num panorama de perda e destruição promovidas por conflitos mundiais, são criados o ICOM²- International Council of Museums, e o ICCROM³ – International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property, com o objetivo de incentivar a pesquisa e difundir ações de conservação e salvaguarda do patrimônio mundial. Essas duas instituições se relacionam com a UNESCO⁴ - United Nations Educational, Scientific and Cultural

2 Conselho Internacional de Museus. Disponível em: <http://icom.museum/> Acesso em 02.11.15

3 Centro Internacional de Estudos sobre Preservação e Restauração da Propriedade Cultural. Disponível em: www.iccrom.org Acesso em 04.11.15

4 Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/unesco/> Acesso em: 09.11.15

Organization, ao congregarem ações que ideiam ser difundidas e reverberadas pelos países membros.

O ICOM é uma organização criada em 1946 e congrega atenção aos museus e seus profissionais nos esforços para preservar, conservar e transmitir os sentidos apreendidos nos objetos formadores do patrimônio cultural. É formado por uma rede de 35.000 museus e profissionais de museus. Conta também com a participação de 172 comitês, dentre eles o ICOM Brasil.

Tem como pedra angular a publicação: Código de Ética para Museus⁵ que apresenta direções éticas para a conduta da prática dos profissionais de museus frente aos seus desafios diários, “representando uma norma mínima para museus. Apresenta-se como uma série de princípios fundamentados em diretrizes para práticas profissionais desejáveis“. (BRUNO 2009, p.9)

Essa publicação, já editada nas três línguas oficiais da instituição, inglês, francês e espanhol, ganha uma versão lusófona ampliando ainda mais o potencial de comunicação e difusão entre os profissionais de museus.

1.3 O museu no Brasil

O fenômeno museu (SCHEINER, 2012) acontece no Brasil não distante dos acontecimentos internacionais. A experiência mais antiga de que se tem notícia, segundo Chagas,

remonta ao século XVII e foi desenvolvida durante o período da dominação holandesa, em Pernambuco. Consistiu na implantação de um museu (incluindo jardim botânico, jardim zoológico e observatório astronômico)no grande parque do Palácio de Vrijburg. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2007, p.13)

Nesse momento, tais iniciativas ainda não se encontram tão profícuas ou propagadas, e outros exemplos só nos chegam um século depois, “já na segunda metade do século XVIII, no Rio de Janeiro, surgiria a famosa Casa de Xavier dos Pássaros – na verdade, um museu de história natural – cuja existência prolongou-se até o início do século XIX“. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2007, p.13)

5 Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf Acesso em:12.12.2015

Já em presença de outros panoramas políticos que anuem mais benevolentes quanto à difusão cultural, e ao colecionismo, nascem grandes instituições de caráter referencial. “É nesse quadro que, em 1818, foi criado o Museu Real, hoje Museu Nacional da Quinta da Boa Vista e, em 1816, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios”. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2007, p.13)

O museu é uma instituição amparada na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009⁶.

Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (BRASIL, 2009)

Mas o museu não nasce no Brasil com essa legislação, esta legitima seu funcionamento dentro do Território Nacional, que já o previa na Política Nacional de Museus (2003).

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), criado pela Lei nº. 11.906, de 20 de janeiro de 2009, no âmbito do Ministério da Cultura, é o órgão responsável pela implementação democrática e participativa da Política Nacional de Museus (PNM) lançada em maio de 2003 com o objetivo de promover ações de valorização, modernização e ressignificação dos museus brasileiros. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.26)

O movimento de criação de museus é dinâmico, apresenta intenções inesgotáveis e ininterruptas. Talvez explicar não seja possível, pois, “diversos são os pontos de vista possíveis, sendo conveniente compará-los na tentativa de melhor compreender um fenômeno em pleno desenvolvimento, cujas transformações recentes não são indiferentes para ninguém”. (MAIRESSE 2013, p.23)

Museus são lugares que sugerem e representam uma constante atualização do poder público e privado, e que esforços os mais diversos são empreendidos para sua criação⁷.

6 Lei nº 11.904 de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm
Acesso em: 01.11.15

7 Exemplos no Rio de Janeiro são: Museu de Arte do Rio e Museu do Amanhã. Disponível em: <http://www.museudeartedorio.org.br/> e <http://www.museudoamanha.org.br/> Acesso em: 08.01.2016

1.4 As funções do museu

O museu é esse lugar, onde tantas ações podem ser vinculadas, e onde muitas vezes não estamos preparados para tantas novidades e atualizações. O museu também tem esse mérito, de nos proporcionar uma condução para melhor usufruir dessas possibilidades. Esse seu mecanismo está ajustado para uma de suas funções, observado por Ferrez ao dizer que: “os museus a partir das suas funções constata-se que são instituições estreitamente ligadas à informação de que são portadores os objetos e espécimes de suas coleções”. (FERREZ 1991, p.1)

Não é difícil ver e reconhecer o museu como um equipamento cultural. As atividades voltadas para o Educativo são cada vez mais colocadas como atrativo ao público, tanto para formação de público (criando demandas de primeira visita) como para sua manutenção.

Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação. (BRASIL, 2009)

Nessa perspectiva são inúmeras as ofertas de integração fomentada pelas instituições museológicas, que via de regra, estão apenas cumprindo com suas funções. Entre as funções principais dos museus estão as tarefas de: preservar, comunicar e pesquisar.

A ação de preservar compreende as tarefas de conservar e restaurar, dentro das necessidades impelidas pelo acervo e das diretrizes impulsionadas por sua política de preservação. Cury vê nessa atividade o fio condutor das demais ações incluídas na missão dessas instituições:

Como já se sabe, a função básica de um museu é a preservação e, em nome dessa, justificam-se as demais ações a serem desenvolvidas tais como coleta, pesquisa, salvaguarda e comunicação de coleções e referências de produção histórica, social e cultural. (CURY 2012, p.204)

A comunicação abrange as ações voltadas para a exposição do acervo museológico, promovendo sua divulgação e atuando como motor principal na perspectiva de atrair visitantes. A pesquisa alimenta as outras duas áreas do museu. Fornece informações que ampliam os subsídios da área de comunicação na empresa de articular estratégias e relações entre os objetos do acervo, construindo uma colcha plural de interesses. Abastece a área de preservação ao contribuir com informações sobre os materiais e métodos utilizados na obra de conservar ou restaurar objetos.

Essas funções encontram-se unidas em movimento simbiótico e retro alimentador, onde a documentação é o ponto pulverizador e ao mesmo tempo culminante. “A gestão museológica faz as ações museográficas atuarem em sinergia, como um sistema que opera com atividade-meio e atividade-fim.” (CURY 2010, p.273)

Essas definições de funcionalidade cabem ser aplicadas em qualquer tipo de museu. Museus que tem acervos efêmeros ou tradicionais. Mesmo os que mantêm os seus acervos mais acessíveis ou de acesso mais restrito.

1.5. Tipos de Museu

Os museus não podem ser classificados somente pelo tipo de acervo que conservam e expõem. Outros fatores são considerados na expectativa de promover interações entre seus objetos e o público.

Segundo Rangel, no Curso Oficina de Museologia, vale distinguir os museus quanto ao modo de utilizar os espaços e a orientação dada ao acervo. Assim dividem-se em dois tipos: tradicionais e de território.

Os museus tradicionais podem ainda ser subdivididos em:

- Museu clássico; a estética do ambiente é fundamental, têm núcleos de exposição integrados, espaços e roteiro bem definidos. Sua ênfase está sobre o objeto ou em conjuntos que criam ambientações.
- Museu tradicional interativo; os espaços não são rigidamente delimitados, a estética do ambiente não é fundamental. A ênfase sai do objeto e se fixa na percepção do visitante. Valoriza os conjuntos e os roteiros interativos. A compreensão se vincula à participação do visitante.
- Museu tradicional com coleções vivas; trabalha com exposição e núcleos definidos segundo classificação científica. Sua ênfase está no acervo de espécimes vivos. Tem pouca interação com o visitante, que pode ser valorizada com complemento informativo.

Já os museus de território são subdivididos em:

- Museu comunitário ou Ecomuseu; desloca a importância do objeto para o processo cultural e para a relação cultural homem/território Baseia-se na musealização do território. Pode ainda ter exposições tradicionais baseadas em objetos.
- Parques nacionais e sítios naturais musealizados; Sua ênfase está nas relações entre os componentes do ecossistema. Baseia-se no tempo natural e

no território. Promove a valorização dos processos culturais, sendo os objetos seu efeito. Pode abrigar exposições tradicionais coexistindo espécimes e objetos.

- Cidades monumentos; baseia-se na musealização do território. A exposição é todo o conjunto. A ênfase está nas interações entre todos os componentes do ecossistema. Prioriza a presença humana e seus afetos sobre o território. Pode acomodar uma exposição tradicional
- Museus virtuais; não existe materialmente. As exposições se passam em meio virtual. Pode abrigar qualquer tipo de exposição. O visitante perfaz o roteiro que deseja.

São inúmeras as formas de organizar e disponibilizar coleções em museus, quanto ao tipo de coleção e quanto a orientação do museu. Mas, vejamos como as coleções em universidades são classificadas.

1.6. O museu universitário

O pensamento sobre museu universitário pode nos conduzir facilmente para a compreensão de um museu dentro de uma universidade. Contudo a universidade tem por finalidade o ensino, a pesquisa e a extensão. Dentro desses afazeres que se entrelaçam não estão explicitamente definidas atividades museológicas. A relação entre o museu e a universidade é mais comumente compreendida como a segunda sendo fornecedora de produtos para a primeira. Não digo que tais organizações não existam dentro das instituições de ensino superior. Sim, elas existem, e estão espalhadas por todo o mundo.

A UFRJ conta com vários exemplos dessa convivência, onde podemos apontar: Museu Nacional⁸, Museu Dom João VI⁹, Casa da Ciência, Museu da Escola Politécnica¹⁰, Museu da Química Prof. Athos da Silveira Ramos¹¹. Esses espaços, que fazem diferentes usos e gestão de seus acervos se coadunam, dentro da universidade com os propósitos da extensão

8Incorporado à Universidade do Brasil (hoje UFRJ) em 1946. Disponível em: <http://www.museunacional.ufrj.br/>
Acesso em: 15.01.2016

9 Pertence à Escola de Belas Artes e conta com coleção voltada ao ensino e à didática, iniciada no século XIX. Disponível em: <http://www.museu.eba.ufrj.br/> Acesso em 15.01.2016

10 Inaugurado em 1977, revela a história da mais antiga escola de engenharia do país. Disponível em: http://www.poli.ufrj.br/politecnica_museu.php Acesso em: 15.01.2016

11 É um projeto de extensão universitária que iniciou suas atividades em 2011. Disponível em: <https://www.iq.ufrj.br/museu/> Acesso em: 16.01.2016

universitária¹², e apontam o museu ou espaço de memória com a vocação primordial de envolvimento com a sociedade.

Os acervos museológicos encontrados em universidades são testemunhos da produção intelectual dessas instituições e armazenam o percurso e as transformações do ensino ao longo do tempo.

Na medida em que assim classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço. (GONÇALVES 2007, p.28)

No cenário internacional essa produção não é desprezada e um referencial é encontrado no ICOM, que possui um comitê voltado para os acervos em universidades denominado, UMAC¹³, University Museums & Collections. Esse comitê é um fórum que discute sobre o papel das coleções em instituições de ensino e sua comunidade.

Dispõe de um banco de dados que compartilha informações sobre acervos em universidades, contendo informações básicas como: país, nome da instituição, contato e tipologia do acervo.

Um rápido passeio mostra que estão cadastradas: coleções dos 5 (cinco) continentes; o Brasil está representado por 16 (dezesesseis) Estados mais o Distrito Federal; e o Rio de Janeiro conta com 9 (nove) organismos, sendo a UFRJ responsável por 5 (cinco) delas.

Seus interesses estão dispostos na resolução de 14 de agosto de 2013 de que teve lugar no Encontro Trienal do ICOM no Rio de Janeiro. "These collections must be valued for the role they can play in preserving the history of universities and for the role they can play in current teaching and research at universities, as well as for educating the public."¹⁴

Não é possível desprezar os produtos advindos da universidade, e não considerar que, com ou sem diretrizes internacionais, os acervos culturais que são preservados dentro do espaço universitário, independente da nomenclatura adotada (museu, espaço de memória, casa, acervo ou coleção) serve não só aos propósitos da instituição, quando fomenta a pesquisa e quando os divulga.

12 A Pr5, Pró-Reitoria de Extensão lista museus e espaços de memória dentro do link cultura e divulgação científica. Disponível em: <http://extensao.ufrj.br/index.php/cultura-e-comunicacao/museus-e-espacos-culturais>. Acesso em 22.01.2016

13 Comitê Internacional para Acervos e Museus Universitários Disponível em: <http://publicus.culture.hu-berlin.de/umac/> Acesso em: 23.01.2016

14 "Essas coleções devem ser avaliadas pelo papel que podem desempenhar na preservação da história das universidades e pelo papel que podem desempenhar no ensino atual e na pesquisa em universidades, bem como para educar o público." livre tradução da autora.

Capítulo 2 - Preservação – O ponto de partida

Este capítulo discorre sobre a preservação, sobretudo dentro da dimensão museológica. Colocando a partir do processo de musealização o aspecto favorecido da documentação como ferramenta. Cientes de quão ampla possa ser essa matéria são abordados ainda, suas alças mais conhecidas, a conservação e a restauração.

2.1 Preservação

O homem em sua trajetória de vida emprega grande parte de seu tempo em estudos para sua formação profissional. Como visto no universo dos museus universitários, os acervos vêm dos produtos desse espaço de ensino. Produzidos com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino, os acervos em museus universitários preveem a participação de alunos, docentes e técnicos. Notadamente, esses produtos só podem ser utilizados hoje nesse mesmo espaço, uma vez que após sua produção e uso, eles foram reservados.

Suas coleções são construídas desses acervos, objetos que são relatos de um passado, mas que ainda fazem parte do presente. Motivações variadas fazem parte dessa seleção, que evidenciam as práticas de ensino, pesquisa e extensão cotidianos ao espaço acadêmico, “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (SCHÄRER, 2007, APUD MAIRRESE, 2013).b

Preservar é um conceito amplo e facilmente associado à ideia de permanência, de continuidade. Preservar pode caminhar tanto para o sentido de deixar continuar, quanto no de propor cuidados para impedir uma perda. A preservação pressupõe escolher, selecionar e cercar de uma aura de zelo.

Buscando definições vemos que:

O verbo preservar, do latim *praeservare*, tem o sentido de *ver* antecipadamente os perigos e os riscos e tentar evitá-los. No caso do patrimônio cultural, a preservação implica a intenção de prever as ameaças à integridade e à permanência dos bens culturais e tentar evitar que elas aconteçam e acarretem danos ou mesmo a destruição do referido patrimônio. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.18)

Preservar é um ato de monitoramento constante, onde sua função básica, “*lato sensu*, engloba as de coletar, adquirir, armazenar, conservar e restaurar aquelas evidências, bem como a de documentá-las.” (FERREZ 1991, p.1)

Independente do lugar ou cenário onde estão os bens a preservação atua em diferentes níveis. No caso dos museus, a preservação é uma função, que enseja consigo os movimentos de conservar e restaurar. Chagas e Nascimento Junior indicam que: “A preservação constitui o domínio mais amplo do campo de proteção do patrimônio, dentro do qual estão inseridas as ações de conservação e restauração.” (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.18)

A preservação está presente em todos os objetos selecionados como um bem ou patrimônio. Assim, segundo Chagas e Nascimento Junior, “todo museu tem a obrigação de adotar os cuidados apropriados à preservação e conservação de seu acervo, utilizando todos os conhecimentos técnicos e científicos disponíveis”. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.17)

Acionar a intenção de preservar acontece tanto no instante da seleção como em todos os outros onde a vistoria é a alavanca para acionar a conservação ou restauração, conforme a necessidade, “Preservação, conservação e restauração podem ser compreendidas como níveis distintos de intervenções que afetam os bens culturais.” (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.17)

Preservar não é uma peculiaridade da instituição museológica, mas seu imaginário nos deixa mais à vontade para perceber onde essa ação acontece. Ela está nos sentidos e na materialidade dos objetos.

No entanto, não está explicitado que, para a ação preservacionista ser deslançada, não basta a imaginação de “algum mal”, de algum “dano” ou “perigo” que vem do futuro. É preciso – e este não é um ponto sem importância - que o sujeito da ação identifique no objeto a ser preservado algum valor. (CHAGAS 2009, p.35)

Só podemos preservar o que reconhecemos, o que identificamos como nosso ou está relacionado à nossa história.

Os discursos presentes e já compreendidos, e os futuros e ainda a serem construídos pertencem ao espaço semântico, social, e à pesquisa. A conservação e a restauração são suas extensões práticas e atuam segundo sua base teórica, seguindo os propósitos técnicos e semânticos com que são entendidos e construídos.

2.2 Conservação

A conservação tem por objetivo impedir a deterioração do objeto, buscando, através de um conjunto de práticas, minimizar os fatores de degradação que o envolvem, mantendo-o no jogo dinâmico das relações. Essas ações que envolvem as intenções de perpetuar a existência dos objetos compõe uma “gama infinita” de práticas que vão do “simples respeito” até a “intervenção mais radical”. (BRANDI,2008)

A conservação assim compreendida vai do aparentemente simples não intervir para não danificar, até agir de forma enfática, na intenção de não perder. Esse de ponto de vista assume tanto os cuidados com os objetos de modo preventivo como interventivo como uma ação externa. Sendo o homem, o principal agente responsável pelo zelo ou tratamento da obra. Contudo o ato de conservar envolve também cuidados com a natureza material do objeto, Brandi faz algumas colocações a respeito da materialidade da obra de arte que podem ser estendidas para outros objetos:

Claro está que, apesar de o imperativo da conservação se voltar de modo genérico à obra de arte na sua complexa estrutura, está relacionado, em particular, com a consistência material em que se manifesta a imagem. Para que essa consistência material possa durar o maior tempo possível, deverão ser feitos todos os esforços e pesquisas. (BRANDI, 2008, p.31)

E esses esforços vão desde impedir que agentes externos causem algum dano ou interferência no objeto, quanto minimizar ou estacionar a degradação de sua própria materialidade.

Os modos com os quais os objetos podem sofrer degradação e conseqüentemente se deteriorarem, assume a classificação de fatores intrínsecos e extrínsecos. Sendo os fatores extrínsecos aqueles em que as condições externas e os sinistros agem sobre o objeto. Os fatores intrínsecos, então, referem-se às características da materialidade do objeto que, mesmo sem nenhuma ação externa direcionada, avança para a degradação.

Em relação aos fatores extrínsecos estão as condições ambientais de que tratam os índices de luminosidade, temperatura e umidade, poluição e ataques biológicos, que muitas vezes são motivados pelo desequilíbrio desses índices como pela ausência de boas práticas no ambiente de guarda dos acervos. Conservação então tem esse caráter de se antecipar aos danos. A pesquisa relacionada a esses fatores é conhecida com conservação preventiva¹⁵, e não será tratada nesse momento.

15FRONER, Yacy-ara. Reserva Técnica. Tópicos de Conservação Preventiva - 8. Belo Horizonte. LACICOR- EBA. 2008, 24p. “A Conservação Preventiva comporta pesquisas relacionadas ao impacto do meio ambiente no processo de degradação dos materiais – considerando luz, umidade relativa, temperatura, poluição, ataque biológico –, além de questões importantes como política de manuseio de coleções envolvendo manuseio, embalagem, acondicionamento, transporte e segurança de uma maneira geral.”

A conservação é um então um conjunto de ações preventivas e de monitoramento, que se referem e se voltam para a preservação do objeto, sem, contudo, promover ação de forma direta no objeto.

2.3 Restauração

Diferente do que trata a conservação, a restauração se refere a ações diretas sobre o objeto. Ela trata da intervenção em sua materialidade, da qual fala Chagas e Nascimento Junior, “a restauração é uma intervenção física que altera a matéria do bem cultural. É feita nas ocasiões em que o bem está em risco de perder sua integridade.”

Essa intervenção não deixa de ser precedida de parâmetros e análise crítica. No momento em que a degradação ou deterioração estabelecida no objeto o impede de transmitir suas mensagens, a restauração está “voltada a dar novamente eficiência a um produto da atividade humana” (BRANDI, 2008).

A restauração atende ao momento específico em que o risco de perda do objeto é superior à eficiência de qualquer outra ação de caráter preventivo ou indireto. De frente à situação limite, considera-se que:

A consistência física da obra deve necessariamente ter a precedência, porque representa o próprio local da manifestação da imagem, assegura a transmissão da imagem ao futuro e garante, pois, a recepção da consciência humana. (BRANDI, 2008, p.30)

Esse momento decisório exige maturidade do indivíduo ou grupo responsável pelo ato, já que qualquer ação sobre o objeto imprime marcas e vestígios indelévels. A consciência sobre esse ato é fundamental para não ultrapassar o entendimento de que “o escopo da restauração será evidentemente restabelecer a funcionalidade do produto,” nada mais do que isso. E de forma prioritária, sem esquecer que: “a natureza da intervenção de restauro”, deve estar “ligada de forma exclusiva à realização desse fim”. (BRANDI, 2008, p.26)

Junto com a conservação, a restauração é uma ferramenta de caráter seletivo e de fomento a preservação dos objetos frutos da atividade humana.

2.4 Musealização

No caso dos museus, os mecanismos da preservação já são colocados adiante de qualquer análise sobre o objeto. A primeira providência a ser tomada quando da entrada de um objeto no museu é documentá-lo.

Os museus formam seus acervos através da aquisição de objetos. A atividade de construção de uma coleção pode se dar de diversas maneiras, podendo estar presentes, os modos: compra, doação, comodato, transferência, etc., funcionando de forma única ou associada. Dessa maneira:

Basicamente, toda e qualquer “coleção” pressupõe situações sociais, relações sociais de produção, circulação e consumo de objetos, assim como diversos sistemas de ideias e valores e sistemas de classificação que as norteiam (GONÇALVES 2007, p.24)

Independente da forma com a qual os objetos passam a fazer parte de uma coleção museológica, algumas transformações são neles operadas. Estando cientes de que:

O deslocamento dos objetos materiais para os espaços de coleções privadas ou públicas ou para museus [...] pressupõe evidentemente a sua circulação anterior e posterior em outras esferas. Antes de chegarem à condição de objetos de coleção ou de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados. (GONÇALVES 2007, p.23)

Os objetos ao entrarem para uma coleção museológica adquirem a aura de representantes, testemunhos e marcadores de processos culturais referenciados por um ou mais grupos sociais. Segundo Pomian, “ainda que na sua vida anterior tivessem um uso determinado, as peças de museu ou de coleção já não o têm”. (POMIAN 1984, p.51). Agora sua esfera relacional foi alterada, e conseqüentemente seus sentidos. Por isso dizemos que ao ser musealizado, o objeto adquire nova vida.

O deslocamento dos objetos materiais para os espaços de coleções privadas ou públicas ou para museus (por exemplo, na condição de “objetos etnográficos” ou “arte primitiva”) pressupõe evidentemente a sua circulação anterior e posterior em outras esferas. Antes de chegarem à condição de objetos de coleção ou de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados. Afinal, conforme já foi sugerido, cada objeto material tem a sua “biografia cultural” (Kopytoff 1986) e sua inserção em coleções, museus e “patrimônios culturais” é apenas um momento na vida social. No entanto, esse momento é crucial, pois nos permite perceber os processos sociais e simbólicos por meio dos quais esses objetos vêm a ser transformados ou transfigurados em ícones legitimadores de

ideias, valores e identidades assumidas por diversos grupos e categorias sociais.”
(GONÇALVES 2007, p.24)

Os discursos e associações que esse objeto pode vincular ficam mais direcionados aos outros objetos que já fazem parte do acervo do museu. No caso de participar de exposições junto a outros objetos de outras coleções museológicas, esse poder discursivo pode ser ampliado, mas sem usufruir das condições que possuía antes de ser selecionado como objeto museológico. Essa nova condição não tem carácter transitório. Uma vez dentro do museu a vinculação do objeto tem uma dimensão duradoura, como trata Pomian,

O primeiro traço característico dos museus é a sua permanência. Contrariamente à coleção particular que, na maior parte dos casos, se dispersa depois da morte daquele que a tinha formado e sofre as repercussões das flutuações da sua fortuna, o museu sobrevive aos seus fundadores e tem, pelo menos em teoria, uma existência tranquila. (POMIAN 1984, p.82)

Mas o processo de musealização não interfere somente no lugar onde o objeto será encontrado e das relações discursivas das quais ele possa participar. Sua dimensão como objeto perde o privilégio referencial para adquirir o status de documento.

Em virtude de seu carácter multidimensional, o processo de musealização é de difícil apreensão em sua totalidade. Sua dimensão informacional, entretanto, é enfatizada por inúmeros autores, entre os quais Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, 111), para quem o eixo da musealização é o “processo de transformação do objeto em documento”, (LOUREIRO e LOUREIRO 2013, p.2)

Uma vez privilegiado como documento, testemunho, ou registro, o objeto alcança uma esfera que amplia inúmeras vezes o que podemos pensar sobre sua utilidade ou validade. A musealização é então um processo, “por meio dos quais alguns objetos são privados de sua função original” e passam a ser “revestidos de novos significados”, e sob essa nova condição, “adquirem a função de documento” (LOUREIRO e LOUREIRO 2013, p.2)

O objeto passa a ser uma referência; de um tempo, de um uso, de um modo, de um pensamento, de uma cultura, de um grupo social, de uma Nação. São infinitos os referencias que podem ser atribuídos aos objetos musealizados.

Podendo alcançar limites inimagináveis ou sem poder encontrá-los fica o alerta de Chagas, “tudo passou a ser museável (ou passível de musealização), ainda que nem tudo pudesse, em termos práticos, ser musealizado” (CHAGAS 2009).

Creio que pensar nessas cercanias possa fazer parte da atenção da qual deva fazer parte todo o processo de preservação de qualquer bem. Os limites para isso devem estar junto aos limites do que possa, hoje, ser considerado museu.

2.5 Coleção

Quando pensamos no termo colecionar, uma conexão justa de se fazer é que tal ato seja o mesmo que juntar coisas, com ou sem um fim específico, “no ocidente moderno, colecionamento está fortemente associado à acumulação”. (GONÇALVES 2007, p.24). Se pudermos chamar de agrupamento de objetos, para Pomian, “uma coleção é”,

qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades económicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público. (POMIAN 1984, p.53)

Por algum tempo a ideia de acumular pode ter como ícone o Gabinete de Curiosidades, uma amostra da diversidade cultural. Muitas vezes encerrado num cômodo como lugar da exposição do exótico, para Pomian, “é impossível reduzir a formação de uma coleção particular ao puro e simples entesouramento” (POMIAN 1984, p.52), e que também “a coleção retrata, ao mesmo tempo, a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foi formada, e, também, a daquele homem ou sociedade que a coletou e transformou em ‘coleção’”.

Alguns aspectos do gabinete como a diversidade dos itens que compõe a coleção ainda podem ser verificados, segundo Pomian, “pode-se constatar sem risco de errar que, qualquer objeto natural de que os homens conhecem a existência e qualquer artefato, por mais fantasioso que seja, figura em alguma parte num museu ou numa coleção particular.” (POMIAN 1984, p.51)

Esses objetos representados em coleções ao redor do mundo por mais representativas e numerosas que sejam não estarão completas, pois como fala Gonçalves, sempre estará presente “a ênfase no caráter necessariamente parcial dessa representação”, e,

Afinal, uma coleção é sempre parcial, ela jamais atinge uma totalidade. Pela sua natureza mesma, ela problematiza essa totalidade, já que uma coleção jamais se fecha. Trata-se, portanto de um conhecimento sempre situado, produzido a partir de um sujeito situado numa posição relativa. Um sujeito limitado a produzir, portanto, “verdades parciais”. (GONÇALVES 2007, p.49)

Uma vez inserido dentro do museu o objeto passa a se relacionar com seus novos parceiros, são eles os curadores, pesquisadores, conservadores, e público geral, que já estão no museu e/ou participam de suas atividades. Distinguidos por sua unicidade e por sua coletividade, os objetos, assaz sua identificação, fazem parte de uma coleção.

“Quando se fala de coleção, supõe-se tacitamente que esta é formada por um certo número de objectos. [...]. Mas quantos objectos são necessários para que exista uma coleção? É

evidente que, [...], uma tal questão não tem resposta”. (POMIAN, 1984, p.67), o potencial de uma coleção não está no número de objetos que a constitui, mas nas relações que ela consegue fazer.

O valor de uma coleção que muitas vezes pode ser visto como valor individual ou associado de seus objetos, não é considerado dentro do museu, já que “os objetos que possuem são, em geral, inalienáveis; não se tenta vendê-los mesmo em caso de grandes dificuldades financeiras”. (POMIAN 1984, p.52), “O que realmente importa é a função e é esta que se exprime nos caracteres observáveis que definem a coleção” (POMIAN 1984, p.67)

Vários fatores podem contribuir para a valoração de um objeto dentro de uma coleção; a antiguidade, a historicidade, a raridade, etc., Pomian mostra que;

Um objeto vê-se atribuir um valor quando é protegido, conservado ou reproduzido. Quais são as condições que um objeto tem de satisfazer, para que se lhe possa atribuir um valor? As considerações precedentes permitem--nos responder a esta questão: para que um valor possa ser atribuído a um objeto por um grupo ou por um indivíduo, é necessário e suficiente que esse objeto seja útil ou que seja carregado de significado. (POMIAN 1984, p.72)

E aí estaria a importância do ato de colecionar, subtraindo os valores individuais dos objetos, privilegiando suas relações e sua representatividade única e coletiva para voltar a atenção para seu “significado”, que uma vez aumentado, “menos interesse tem a sua utilidade” e mais ampliado é seu poder comunicativo (POMIAN 1984, p.73). Assim:

Neste momento de nosso raciocínio, faz-se necessário trazer a oposição visível /invisível, ou a função mediadora que desempenham as coleções entre uma e outra dimensão. Afinal, as coleções existem para serem exibidas. Elas implicam necessariamente em modalidades distintas do olhar. Considerando-se, evidentemente, que este órgão não realiza sua função senão por meio de códigos culturais (regimes visuais) específicos. (GONÇALVES 2007)

Essa função mediadora dos objetos e das coleções, contribuindo na produção de sentido para grupos sociais. E também, um dos significados da preservação.

2.6 Documento

Documento é um produto que registra uma ação, uma obra ou um resultado, com efeitos marcadores e comprovatórios. Normalmente “associado ao testemunho escrito”, a versão gráfica de um documento, pode ser a mais conhecida, mas não é a única. Ampliar essa primeira concepção é necessário, estendendo seu entendimento para o documento “ilustrado, transmitido pelo som, a imagem, ou de qualquer outra maneira” (LOUREIRO e LOUREIRO 2013, p.2)

Refletir em torno da noção do que seja esse produto não nos permite permanecer numa só esfera do conhecimento. Usando como exemplo a Ciência da Informação, onde a compreensão de documento é marcada por duas correntes: uma pragmática, que vê o documento como intenção e, portanto um registro, e a outra funcionalista, que o associa à funcionalidade e à informação.

O documento, que pode estar presente em diversos suportes também apresenta diversas funcionalidades e intenções. Transportando informação e testemunhando ações, o documento não é simplesmente ou qualquer objeto. “Uma estrela é um documento? Um seixo levado pela torrente é um documento? Um animal vivo é um documento? Não”. (Briet, 1951, apud LOUREIRO, LOUREIRO) Contudo o registro, os catálogos, as fotografias desses “objetos” o são, assim como “todo índice concreto ou simbólico, conservado ou registrado com os fins de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (LOUREIRO e LOUREIRO 2013, p.3)

Parece confuso que “todo objeto pode ser tornado documento”, mas nem “todo objeto tem por função dar suporte à informação”, podendo essa ser uma de suas funções. Se não foi criado como tal, o objeto pode ser transformado em documento por aquele que busca a informação, ou seja, que lhe reconhece um significado, erigindo-o assim como suporte de mensagem (MEYRIAT 1981, 52, APUD, LOUREIRO, LOUREIRO, 2013).

Dessa forma, será sempre quem busca a informação o responsável pela interpretação, e pelo reconhecimento de significado dos objetos.

2.7 Documentação – documentação museológica

A documentação é a ponte de ligação e referência às três tarefas principais e primordiais do museu; comunicar, preservar e pesquisar. A documentação é uma ferramenta e um modo de operação do museu, exercendo aí um “papel primordial”. Pode ser compreendida como um conjunto de informações organizadas sobre cada item do acervo.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto as coleções dos museus de fontes de informações em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento. (FERREZ 1991)

O ICOM possui um comitê, CIDOC¹⁶, voltado para a documentação de coleções museológicas, envolvendo a criação de um modelo de dados geral para museus, com um foco particular para troca de informações. São também tratadas questões sobre a documentação mínima, terminologia e alcance e implantação de sistemas informatizados.

A documentação museológica vai tratar da proteção do acervo nas dimensões unitária e conjunta. O objeto ganha um registro único dentro do seu novo lar e a partir daí são acrescentadas as informações sobre sua origem pregressa e ainda outras que sejam pretendidas adicionar. Suas novas adições pertencerão aos novos relacionamentos que terão junto aos outros objetos, do qual agora faz parte, e da necessidade de informar todos os seus movimentos referentes às ações das quais o museu fomenta.

A ficha catalográfica é um exemplo dessa dimensão documental que une seu passado fora do museu com suas atividades dentro do museu.

Dentro do museu a documentação auxilia a gestão e pode:

- Estabelecer comprovação de propriedade
- Localizar o objeto
- Controlar o inventário
- Estabelecer identidade única ao objeto
- Conhecer o número total de objetos da coleção
- Organizar as coleções
- Reter as informações dos tratamentos de conservação e restauração
- Balizar parâmetros para a conservação preventiva.

16 CIDOC International Committee for Documentation. Disponível em: <http://icom.museum/the-committees/international-committees/international-committee/international-committee-for-documentation/> Acesso em: 20.06.2016

Esse conjunto documental pode ser chamado de sistema de informação, e trabalha para recuperar informação, localizar o objeto, ser fonte para pesquisa e transmitir conhecimento. Importância expressa no Estatuto dos Museus, no Art. 39., “é obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários”.(BRASIL, 2009)

Habitando a esfera das instituições que tratam da preservação de acervos, a documentação museológica é uma das estruturas de proteção do patrimônio, cumprindo os requisitos apontados pelos órgãos de proteção e orientação. “Todos os bens culturais incorporados ao museu (ou musealizados) devem ser documentados de maneira adequada e conservados, protegidos e mantidos de forma apropriada“. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.15)

Nesse sentido, podemos afirmar que a documentação, o ato de documentar é uma das formas de preservação dos objetos.

2.8 Objeto

O objeto é um item corriqueiro e está presente de forma muito natural no dia a dia da nossa sociedade. A rotina que envolve a manipulação e a observação desses itens que participam da intimidade e da informalidade dos indivíduos, uma vez inseridos no contexto museológico, ganham nova aura.

Todos estes objetos são mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, submetidos a uma proteção especial em locais fechados arranjados para esse efeito, e expostos ao olhar. Todos, sem exceção desempenham a função de intermediários entre os espectadores e um mundo invisível de que falam os mitos, os contos e as histórias. (POMIAN 1984)

Não deixarão de ser foco das narrativas, mas uma vez dentro da instituição museu, o objeto passa a ser seu ingrediente principal. Não como um fim, mas como um meio para atrair e permitir ao espectador, novos deleites. O modo de operação do museu gira em torno de sua presença, como coloca Gonçalves,

seja no contexto de seus usos sociais e econômicos cotidianos, seja em seus usos rituais, seja quando reclassificados como itens de coleções, peças de acervos museológicos ou patrimônios culturais, os objetos materiais existem sempre, necessariamente, como partes integrantes de sistemas classificatórios. (GONÇALVES 2007)

Em torno do objeto, gira a documentação, e que por sua vez movimenta de forma a impedir a perda de informação, um sistema, que alimenta e é alimentado pelas funções do museu. O museu coloca na perspectiva do objeto o importante papel de comunicação entre o visível e o invisível. (POMIAN, 1984)

Esta condição lhes assegura o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias socioculturais, demarcando fronteiras entre estas, como também o poder, não menos importante, de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva. (GONÇALVES 2007)

O objeto é o mediador entre o público e os sentidos oferecidos pelo museu na comunicação que propõe.

Essa epistemologia cabe sublinhar, pressupõe uma naturalização das modernas categorias ocidentais de “sujeito” e “objeto” cuja problematização parece ser a condição mesma para uma reflexão antropológica. A literatura antropológica e etnográfica tem nos ensinado há mais de um século que são precisamente esses sistemas de categorias culturais que fazem a mediação e, mais que isso, organizam e constituem esses dois termos polares, e que sem esses sistemas de categorias, sem sistemas de classificação, os objetos materiais (assim como seus usuários) não ganham existência significativa (GONÇALVES 2007).

O público reconhece no objeto um intermediário entre sua história e seus hábitos. O objeto está presente no cotidiano da população, seja na relação direta, nos relatos passados e nas projeções do futuro. Gonçalves afirma que eles,

não apenas demarcam ou expressam tais posições e identidades, mas que na verdade, enquanto parte de um sistema de símbolos que é condição da vida social, organizam ou constituem o modo pelo qual os indivíduos e os grupos sociais experimentam subjetivamente suas identidades e *status*. (GONÇALVES 2007)

O objeto dentro da instituição, museu, não está disponível às relações sociais, de produção ou mercado, de forma direta, ai, ele está sempre sofrendo intermediação. Considerando o posicionamento de Gonçalves, “o papel dos objetos materiais (e dos símbolos em geral) na vida social se resume afinal a essa função de comunicação, a de serem apenas sinais diacríticos de posições e identidades sociais”. (GONÇALVES 2007), coloca sua vida dentro do museu com um poder mais ampliado de relações. E acrescenta:

essa reflexão tem se voltado para os processos de transformação social e simbólica que sofrem esses objetos quando eles vêm a ser reclassificados e deslocados do contexto de seus usos cotidianos para o contexto institucional e discursivo de coleções, museus e patrimônios. (GONÇALVES 2007)

Esse jogo de reconhecer e lidar com o objeto (mesmo objeto) em diversos contextos, cria uma condição dinâmica para o sujeito, que é criador, expectador, colocando-o nas condições, não conflitante, mas alternadas de agente ativo e passivo. Os objetos então:

não apenas demarcam posições sociais, mas permitem que os indivíduos e os grupos sociais percebam e experimentem subjetivamente suas posições e identidades como algo tão real e concreto quanto os objetos materiais que os simbolizam. (GONÇALVES 2007)

Nos contextos a que o objeto pode ser engendrado dentro da instituição museológica, ganha o sujeito que pode se confrontar com mais realidades, oferecidas por essa relação sujeito-objeto do que aquelas às quais participava quando o objeto ainda usufruía do contexto socioeconômico.

Capítulo 3 - O Museu Chryso Fontes – museu vivo

3.1. Antecedentes – A formação da Faculdade de Odontologia da UFRJ

O Brasil, durante o período colonial, recebeu um crescente contingente populacional com vistas a ocupar a área delimitada como jurisdição portuguesa. Para implementar aqui, os mesmos hábitos e costumes da nação colonizadora, foi necessária a introdução de profissionais e práticas que atendessem aos hábitos da outra cultura. Uma dessas necessidades eram os cuidados médicos e de higiene.

A partir de 1808, com a vinda da Família Real inicia-se, no território brasileiro, a estruturação da formação profissional na área da saúde, quando foram criadas as primeiras escolas médicas no Brasil. Até o início do século XIX, a medicina no Brasil era praticada por: físicos ou licenciados, cirurgiões-barbeiros, cirurgiões-aprovados e cirurgiões-examinados. (ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO). Depois da criação das Escolas de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, no mesmo ano, outros cursos foram criados, preenchendo as lacunas do ensino das ciências da saúde.

Em 1810 foi instituído o Regimento do Físico-mor, que orientava os seus representantes no exercício de suas funções. Havia uma divisão de responsabilidades entre as práticas médicas relativas à prescrição e à fabricação de remédios, que eram da alçada do físico-mor, e as práticas médicas relacionadas às intervenções cirúrgicas, que eram da responsabilidade do cirurgião-mor. (PIMENTA, 1998, p. 351)

Naquele momento, a formação profissional na área da odontologia ainda não era uma realidade, e os profissionais que atuavam no país eram sempre estrangeiros ou formados em universidades estrangeiras. A falta de controle sanitário deixava espaço para a atuação de personagens que não tinham formação reconhecida.

Apesar da falta de um profissional especializado, não se pode afirmar a ausência de um saber específico preocupado em cuidar da dentição humana. Pode-se inferir e destacar a importância dada aos dentes no dicionário de Bluteau¹⁷, no qual o verbete “dente” apresenta uma extensa descrição de quatro páginas, apresentando características das dentições humana e animal, morfologia, expressões e opiniões correntes a respeito do tema. (PEREIRA, 2012, p.152)

17 Bluteau, Raphael. Dicionário da língua portuguesa. Ampliado por Antônio de Moraes . Lisboa: Oficina de Simão Thadeo Ferreira, 1739. (nota de rodapé:

Nesse mesmo ano, eram concedidos licenciamentos para profissionais, entre eles, barbeiros, sangradores e dentistas, através de carta de confirmação. A fiscalização e monitoramento das atividades vinham num crescente rigor.

Com a supressão, em 1828, do cargo de cirurgião-mor e a transferência da função fiscalizadora para as Câmaras Municipais, foram estabelecidas multas para os boticários, e os sangradores que não se registrassem junto a estes órgãos. (AROUCA 2008, p.14)

Em 1850 e 1851 é criada e regulamentada a Junta de Higiene Pública, órgão especializado em Medicina e Cirurgia, que obrigava a apresentação de diploma para o exercício profissional, sob o risco de severas multas. Esse pode ter sido um dos primeiros motivadores para a criação do curso de Odontologia.

Pouco tempo depois, o decreto 1.764, de 14 de maio de 1856¹⁸, um regulamento complementar aos Estatutos das Faculdades de Medicina definia que: “a exigência de prestação, por parte dos que pretendessem obter o título de dentista, de exames a serem organizados e conduzidos pelas Faculdades de Medicina.” (AROUCA 2008, p.13). Já ficavam claros os apontamentos que definiam diretrizes para homogeneizar ou balizar a qualidade dos profissionais que exercem a prática dentística.

No dia 30 de outubro de 1882, é regulamentada a lei Orçamentária nº 3.141, que prevê dotação para criação do Laboratório de Cirurgia e Prótese Dentária e suplementação pessoal nas Faculdades de Medicina. Contando com o incentivo do diretor Dr. Cândido Figueira Saboia (AROUCA 2008, p.15), o curso do Rio de Janeiro foi o primeiro a ficar pronto. O novo laboratório funcionou no prédio do Recolhimento das Órfãs, na atual Rua Santa Luzia.

O laboratório teve sempre grande procura, tanto por profissionais como pela assistência. A grande demanda e o bom funcionamento auxiliaram a criação do primeiro Curso de Odontologia aprovado pelo decreto nº 9.311 de 25 de outubro de 1884, descrito na Seção IV.. Pioneiro no ensino da disciplina no Brasil, o Curso de Odontologia estava vinculado à Faculdade de Medicina como anexo, era o mais extenso, e contava com 8 disciplinas, sendo duas delas comuns ao curso médico. (BRASIL, 1884)

18 Regulamento complementar dos Estatutos das Faculdades de Medicina, expedido na conformidade do §3º do Art. 21 do Decreto nº 1.387 de 28 de abril de 1854. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1764-14-maio-1856-571247-publicacaooriginal-94339-pe.html>

O percurso de empenho e determinação na construção de um curso independente deu frutos depois de 49 anos, quando em 28 de novembro de 1933, tornou-se uma instituição de ensino superior independente, como versa o Decreto nº 23.512. O curso ainda funcionou dentro da Faculdade de Medicina por falta de quórum docente mínimo para formação de congregação própria, conforme afirma o mesmo decreto.

Art. 2º §1º. A escolha do diretor e dos membros do Conselho Técnico Administrativo. De acordo com as disposições do regulamento citado neste artigo, somente será efetivada quando a Congregação da Faculdade tiver o número de membros necessários à execução de todos os atos previstos na legislação do ensino em vigor. (BRASIL, 1933)

Dois anos depois, já com o corpo docente completo, a Faculdade de Odontologia ganha total autonomia e pode desfrutar de grande expansão física e incremento técnico. Período em que “solidificou o desenvolvimento acadêmico acumulado desde 1884.” (AROUCA 2008, p.32), dessa forma:

Entre 1937 e 1965, a Faculdade Nacional de Odontologia viveu um glorioso período. Teve expandidos seus corpos docente, discente e administrativo, na primeira metade da década de 1950, aprimoradas suas instalações na Praia Vermelha, às quais se incorporaram equipamentos e inovações tecnológicas que a colocavam em condições de elevada qualidade. (AROUCA 2008, p.32)

Seguindo os planos de transferência da universidade para a Ilha do Fundão, a Faculdade de Odontologia se integra ao conjunto que forma hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A mudança de locação, para a Cidade Universitária aconteceu de forma progressiva entre 1979 e 1981, “com a inauguração de sua nova sede anexa ao Hospital Universitário” (AROUCA 2008, p.40).

Hoje enfrenta os desafios comuns a todas as instituições de ensino superior, limitações de recursos financeiros e espaço físico.

3.2. Formando a coleção – o museu ativo

O Museu da Faculdade de Odontologia foi fundado em 1953 pelo professor Chryso Leão Fontes¹⁹. Foi criado num momento de grande expansão da área de educação, e quando a Faculdade ampliava seu corpo docente, discente e administrativo, e vê renovados equipamentos e instalações.

Sem, no entanto, obter uma fonte que descreva as circunstâncias que motivaram a criação do museu, circundamos que suas intenções estejam coadunadas com o panorama ao qual qualquer agente possa se confrontar, e pronto e autorizado a definir o destino de produtos materiais, testemunhos de processos e avanços na sua área de conhecimento, age. Como nos aponta Chagas,

Apenas aqueles que se consideram possuidores ou que exercem a ação de possuir – do ponto de vista individual ou coletivo – estão em condições de instituir o patrimônio, de deflagrar (ou não) os dispositivos necessários para a sua preservação, de acionar (ou não) os mecanismos de transferência de posse entre tempos, sociedades e indivíduos diferentes. (CHAGAS 2009, p.34).

Não se eximindo dessa responsabilidade, de direitos e deveres, o diretor da Faculdade Nacional de Odontologia ao selecionar objetos para a composição do Museu inicia a construção de discurso que lança as bases para a perpetuação da história da formação do odontólogo, passando por diversos atores sociais, e avanços tecnológicos.

Mas não há só os príncipes: todos aqueles que se situam da hierarquia do poder são levados a desempenhar o mesmo papel; é no quadro de obrigações impostas a cada um pela sua posição que se podem manifestar diferenças individuais, sendo uns mais interessados pela arte, outros pela literatura ou pelas ciências; uns mais tradicionalistas, outros levados a proteger ou a estimular inovações. (POMIAN 1984, p.78)

Discursos através de objetos, que são usados para declarar nossa identidade, objetivos, e fantasias.

nós usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. (...). Marcamos nossos relacionamentos com objetos (...). Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. (...) não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro. (WEINER 1987, p. 159 APUD GONÇALVES 2007, p.26).

19 Diretor da Faculdade Nacional de Odontologia entre 1951 e 1963.



Fig. 1: Comemoração dos 75 anos da Faculdade de Odontologia da UFRJ: podemos ver ao centro Chryso Fontes e Amílcar Vianna.

Em 1953, o então diretor da Faculdade Nacional de Odontologia, professor Chryso Leão Fontes, seleciona e reserva objetos, em recinto das instalações da faculdade, na Praia Vermelha, dando início ao processo de coleta, de que resultará o acervo do Museu da Faculdade de Odontologia.

Segundo seus livros de registro e fichas de arquivo, os primeiros objetos aí inscritos são doações do próprio diretor, seguido de outros docentes da faculdade. Mesmo os itens doados por outros atores não diretamente relacionados ao ensino da odontologia no Rio de Janeiro, encontram o professor Chryso Fontes (*Fig. 1*) como intermediário.

Nesse sentido, os processos sociais e culturais que levam à escolha desses objetos escapam em grande parte às nossas ações conscientes e propositais, de natureza política e ideológica”. Seria importante para o entendimento de sua natureza o trabalho de acompanhamento dos processos sociais e simbólicos de circulação, deslocamento e de reclassificação que os elevam à condição de “patrimônios culturais”. É nesses processos de reclassificação que podemos surpreender a construção e os efeitos daquelas categorias fundamentais de objetos situados para além da condição de mercadorias ou dádivas: objetos que, retirados da circulação mercantil e da troca recíproca de presentes, acedem à condição de “bens inalienáveis”, e que circulam, paradoxalmente, para serem guardados e mantidos sob o controle de determinados grupos e instituições, assegurando para estas sua continuidade no tempo e no espaço. (GONÇALVES 2007, p.29)



Fig. 2: VI Encontro de Dirigentes de Museus de Odontologia do Brasil

O museu passou por várias mudanças de sede, uma delas acompanhando a transferência da Faculdade de Odontologia, da Praia Vermelha para o novo campus na Cidade Universitária. Assim que chegou ao novo campus, permaneceu fechado até encontrar acomodações nas dependências da Faculdade de Farmácia. Depois de novo tempo de espera, passou à sede própria, dentro das dependências de sua unidade, anexo do Hospital Universitário.

Nesse espaço teve êxito em desenvolver suas funções de forma ativa, participando de exposições, recebendo visitantes, conservando seu acervo e se relacionando com outros museus odontológicos. (Fig. 2; 3, 4). Como informa a notícia do Boletim Museu Notas, da Associação Brasileira de Odontologia – ABO (Fig. 4), o Museu Salles Cunha, junto com o Museu Chryso Fontes, e os museus de Valença e da IASERJ formavam o quarteto de museus fluminenses em março de 1994.

Depois de apresentar-se em atividade, outras alterações modificam sua sede física, sempre alternando entre o funcionamento e a desativação, até que com a implosão da Ala D do Hospital Universitário, em dezembro de 2010, ocupa uma de suas enfermarias desativadas no 11º andar. O deslocamento de objetos e documentação do museu foi executado por empresa de mudança que embalou os itens segundo sua tipologia ou semelhança.



Fig.3: Sala de exposição do Museu Chryso Fontes

ANO - 1
 Nº - 7
 1994 - MARÇO

MUSEU NOTAS

| JANEIRO | 1994 | FEBREIRO | 1994 | MARÇO |
|---------|------|----------|------|-------|
| 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| 8 | 8 | 8 | 8 | 8 |
| 9 | 9 | 9 | 9 | 9 |
| 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| 11 | 11 | 11 | 11 | 11 |
| 12 | 12 | 12 | 12 | 12 |
| 13 | 13 | 13 | 13 | 13 |
| 14 | 14 | 14 | 14 | 14 |
| 15 | 15 | 15 | 15 | 15 |
| 16 | 16 | 16 | 16 | 16 |
| 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| 18 | 18 | 18 | 18 | 18 |
| 19 | 19 | 19 | 19 | 19 |
| 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |
| 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| 22 | 22 | 22 | 22 | 22 |
| 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| 24 | 24 | 24 | 24 | 24 |
| 25 | 25 | 25 | 25 | 25 |
| 26 | 26 | 26 | 26 | 26 |
| 27 | 27 | 27 | 27 | 27 |
| 28 | 28 | 28 | 28 | 28 |
| 29 | 29 | 29 | 29 | 29 |
| 30 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| 31 | 31 | 31 | 31 | 31 |

INFORMATIVO DO MUSEU "SALLES CUNHA" - ABO/RJ

EDITORIAL

MUSEU "CHRYSO FONTES"

Este pioneiro museu, criado ainda nos tempos da Faculdade de Odontologia da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha (Rio de Janeiro, 1953), abre as suas portas, depois de um longo período de hibernação.

Trouxe de volta Alétta Livramento de Oliveira, museóloga criadora e encontrou em Amílcar Vianna, que ali lecionava, sensibilidade suficiente para fazê-lo funcionar.

A partir de agora, os quatro museus fluminenses (ABO, Valença, IASERJ, UFRJ), trabalharão juntos e integrados.

A Redação.

MUSEUS SE REÚNEM EM SÃO PAULO

Com a presença dos diretores Thales R. de Magalhães (ABO/RJ), Juarez e Yolanda V. Tavares (Ceará), Avilmar Galvão (ABO-BA), Wilson G. Garcia (Araçatuba), Walter Lopes (Santos), Moacyr da Silva (USP), Wellington Dinelli (Araraquara), Sérgio M. Cruz (Campinas), Elias Rosenthal (S. Paulo), esta produtiva reunião teve os seguintes tópicos:

- 1) Relatórios dos museus e projetos futuros, na palavra dos diversos Diretores;
- 2) Palestras - Amadeo Bobbio e Thales R. de Magalhães;
- 3) Prêmio Amadeo Bobbio - 1º lugar - Oswaldo V. Vilella (Rio de Janeiro), Laís M. Amarante (Curitiba), 3º lugar - Sandra R. Ricioli (Araraquara), Menção

Fig. 4: Informativo do Museu Salles Cunha indicando a presença da museóloga Aletta T.L.Oliveira e a reativação do museu na gestão do professor Amílcar Vianna

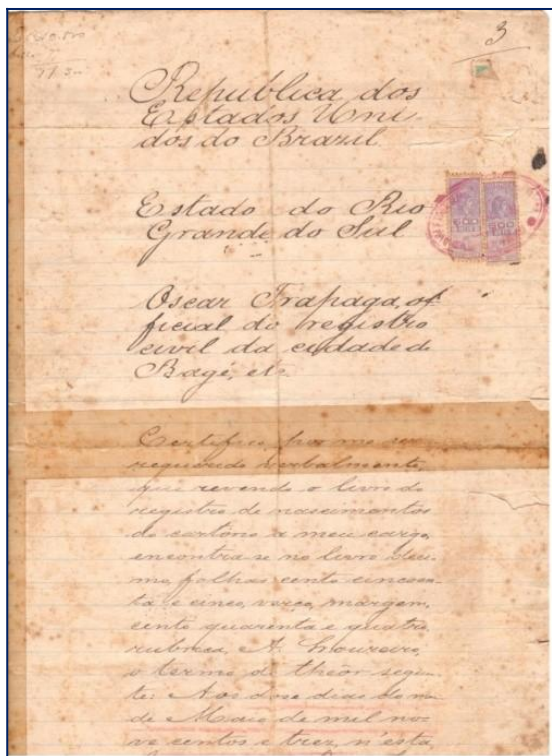


Fig. 7: Certidão de Nascimento do professor Abelardo de Britto



Fig.: 8 Instrumentos odontológicos

3.3. Ações de preservação

A ideia de preservação pode promover *a priori* a intenção de empreender esforços no reconhecimento da importância de um patrimônio que se pretende legar às gerações futuras. O patrimônio tangível prontamente reconhecido “como partes integrantes de sistemas classificatórios” (Gonçalves, 2007, p.8) abre espaço para “outras formas de patrimonialização e, portanto, de preservação de manifestações e expressões culturais consideradas ‘vivas’, dinâmicas e pouco palpáveis como festas, rituais, lugares e saberes” (Abreu, 2014, p.18).

Pensar a preservação em objetos museológicos pode subentender relações preestabelecidas e pouco abertas a novas reformulações, contudo, no século XIX e em parte do XX, a grande preocupação com a preservação e restauração, acolheu bem a “ampliação dos bens passíveis de serem considerados patrimoniais” (Souza e Crippa, 2011, p.242), construindo ampliação de situações e espaços favoráveis para a conservação e restauração.

Ao entrar em contato com a situação física do Museu da Faculdade de Odontologia, tanto no diz respeito às condições ambientais de que desfruta hoje como pelo estado de conservação de seus objetos, fica clara a necessidade de ações integradas, que deem andamento à busca por requisitos de qualidade que favoreçam sua preservação. Mesmo tratando-se de acervo museológico, às primeiras premissas da preservação pairam em dúvida.

Retornando à análise de dois pontos: condições ambientais e estado de conservação do acervo, observamos algumas características que vão de encontro ao pretendido pela instituição, os objetos não encontram mobiliário e embalagem adequados à sua conservação.

O ambiente é desfavorável à manutenção adequada do acervo, a sala está posicionada ao lado oeste do prédio, recebendo incidência solar durante o período da tarde e suas janelas não possuem anteparo contra luminosidade, são completamente vedadas, o que impede a circulação do ar.

Os objetos ainda nas embalagens provisórias da mudança não têm mobiliários adequados a seu repouso e não estão distinguidos quanto ao tipo, fragilidade ou índice de deterioração.

A partir desse primeiro panorama e em associação com o PROAHCC²¹, em 2013, o museu recebe suas primeiras visitas depois de sua desativação, com vista à sua preservação. Essa fase do trabalho contou com a colaboração de bolsistas²² PIBEX²³, alunos da Escola de Belas Artes.

Vale ressaltar que todos os envolvidos nas atividades dentro da reserva técnica do museu da Faculdade de Odontologia, utilizaram equipamentos de proteção individual: jaleco, luvas de látex ou vinil, máscara de poeira tipo PFF2, óculos de proteção e touca cirúrgica.

Por falta de detalhamento quanto à organização aferida no momento foi utilizada a ferramenta Re-org do ICROM²⁴ como ajustador dos processos.

A primeira providência tomada foi listar os objetos encontrados atribuindo a eles um número de registro único sequencial e uma imagem, com objetivo de construir um inventário. Os códigos foram ligados aos objetos utilizando etiqueta de papel com inscrição em grafite. Quando o objeto não tinha condições de acomodar a etiqueta foi utilizado barbante de algodão cru para evitar a dissociação. Os dados foram organizados em arquivo digital.

21 Programa de Acervos Históricos Científicos e Culturais do CCS coordenado pela professora Dra. Diana Maul de Carvalho.

22 Jessica Ohara Pacheco Schuab, Handerson da Silva Oliveira, Rafael dos Santos Agostini, Karen Lopes dos Santos Cunha.

23 Programa Institucional de Bolsas de Extensão.

24 <http://www.re-org.info/>

Devido às grandes dimensões de alguns objetos e à impossibilidade de movimentação com os recursos humanos envolvidos somente as obras de menores dimensões, e mais acessíveis têm registros fotográficos mais fidedignos.

Com o desenvolver da atividade foram percebidas algumas circunstâncias que impediam o pleno transcorrer da atividade. Não era possível permanecer períodos superiores a 2 (duas) horas dentro do ambiente. A falta de circulação de ar e as altas temperaturas tornavam a atividade muito cansativa. Esse cenário desfavorecia a intensa movimentação dos participantes, requisitada pela laboração. Outro fator restritivo era a sensação de insegurança, provocada pela localização da reserva, mesmo com a assessoria dos agentes de segurança da Vigilância Federal do Hospital.

Em virtude desses entraves, algumas alterações foram executadas, para que todos os objetos pudessem conter algum registro. Deste modo, alguns objetos foram agrupados por constituintes funcionais ou tipológicos, para posteriormente serem distinguidos (Fig.7).



Fig. 9: Agrupamento de alicates

Como não havia informações do modo como as obras estavam distribuídas pelas coleções, foram tomados como referências um manual²⁵ e um thesaurus²⁶. Do manual foram observadas as indicações de registro alfanumérico, nome, fabricante e dimensões. O thesaurus foi utilizado para identificar tipologias de objetos da área da odontologia, e que não são usuais na formação do curso de Conservação e Restauração na Escola de Belas Artes. Foram então elencados os seguintes grupamentos:

25 FERREZ, Helena D., PEIXOTO, Maria H. S. *Manual de Catalogação de pinturas, esculturas, desenhos e gravuras*. Rio de Janeiro. 1995.67p.

26 FERREZ, Helena D. *Thesaurus de Acervos Museológicos*.

- Documento: documentos de arquivo e obras sobre papel.
- Pintura: obras em técnica óleo/tela.
- Escultura: exemplares de arte popular e placas.
- Ferramentas: itens pequenos e manejáveis pelas mãos do odontólogo.
- Equipamentos: máquinas ou utilitários em maior dimensão.
- Mobiliário: objetos que servem de apoio ao atendimento e que não estão diretamente envolvidos no processo.

O resultado ficou assim distribuído (*Fig. 10*)

| Panorama da Coleção | |
|---|--------------|
| Item | Quantitativo |
| Documentos gráficos | 130 |
| Documentos iconográficos | 9 |
| Equipamentos e instrumentos técnico-científicos | 162 |
| Esculturas | 3 |
| Mobiliários | 36 |
| Pinturas | 16 |
| Têxteis | 1 |
| Total | 327 |

Fig. 10: 1º Panorama da coleção

Essa classificação das obras em coleções não era um dado considerado relevante nessa ocasião, onde, a situação geral dos objetos quanto ao seu estado de conservação era vista com maior urgência.

Ao manusear tão variados tipos de objetos a percepção ativa indicava algumas questões de forma clara e que depois foram verificadas pela literatura da área. A temperatura e umidades não adequadas favorecem os danos químicos, físicos e biológicos.

Do fato circunstancial claro de perda de organização, os objetos apresentavam algumas marcas que mostravam claramente que muitos haviam sido submetidos ao contato direto com agentes que aceleravam grandemente sua deterioração. Segundo a classificação do Canadian

Conservation Institute, foram encontrados 7²⁷ dos 10 agentes de deterioração considerados; vandalismo, água, luminosidade, temperatura, poluentes, infestação biológica, e dissociação.

Objetivando encaminhar procedimentos para a conservação do acervo do museu com vistas a sua permanência futura, foram notados os materiais que o compõem estabelecendo prioridade para os materiais mais frágeis ou que estivessem em estado de degradação mais avançado. Os critérios utilizados para essa escolha levaram em conta o manuseio, a estrutura do material, já que o trabalho no ambiente de guarda do acervo oferecia poucas condições para longas permanências.

Dentre os materiais envolvidos, o papel, considerado o mais frágil, foi escolhido para iniciar esse processo. Suas fibras quando expostas à grandes variações de umidade e temperatura são mais facilmente susceptíveis à degradação. As condições ambientais encontradas na reserva do museu aceleram o desencadeamento de reações químicas²⁸ que culminam com a deterioração de suas fibras. Sua degradação é rápida e facilmente pode tornar as ações de conservação ou restauração irrealizáveis. Uma vez fragmentado o suporte, todas as informações nele contidas também serão perdidas. Esse alerta sobre perda de informação reafirmou a importância de priorizar o diagnóstico nas obras suportadas por esse material, já que os documentos são fontes primárias para recuperação da própria história e trajetória do museu.

A coleção de documentos, primeiro grupo de objetos a ser diagnosticado, incluía: acervo arquivístico, documentação museológica, e documentos de pesquisadores.

Foi elaborada uma ficha de diagnóstico (*Fig.11*) que: apontava o estado geral, identificava a existência de degradação estrutural e contaminação biológica.

Ficha de Diagnóstico

Registro

Estado de Conservação

Degradação Estrutural

Bom, Atenção, Urgente e Emergencial

Ataque Biológicos

Um grande retângulo em branco está à direita das opções de estado de conservação.

Fig. 11; Ficha de diagnóstico.

27 Disponível em: <http://canada.pch.gc.ca/fra/1454704828075> Acesso em: 13.01.16. Os agentes de degradação são: vandalismo, água, luminosidade, temperatura, poluentes, umidade relativa e infestação biológica.

28 Hidrólise ácida

Os dados apurados foram contabilizados e expressos em gráficos. E os resultados do trabalho foram apresentados na XXXVI Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural UFRJ²⁹, em 2014.

A análise dos dados (*Fig. 10*) apontou que apenas 26,5% do acervo está em bom estado, a maior parte, 63,75%, precisa de atenção ou ação de conservação urgente; e que cerca de 10% necessita de ação emergencial sob risco de perda total do material.

Todo o acervo apresenta algum nível de contaminação por infestação biológica, evidenciando os altos níveis de umidade e temperatura a que o acervo foi submetido.

Grande índice de degradação estrutural (*Fig. 13*) indica que o manuseio inadequado de material frágil submete ao objeto algum dano.

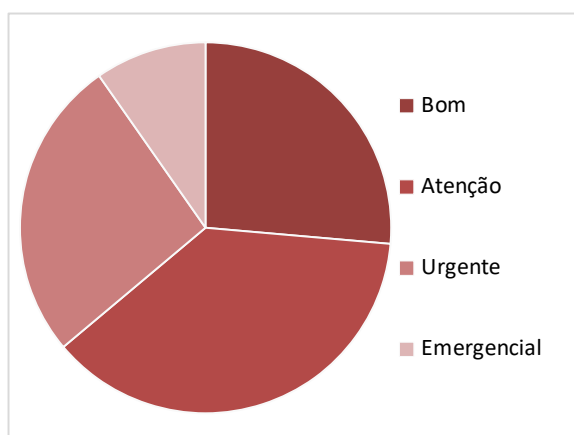


Fig. 12: Gráfico do estado geral

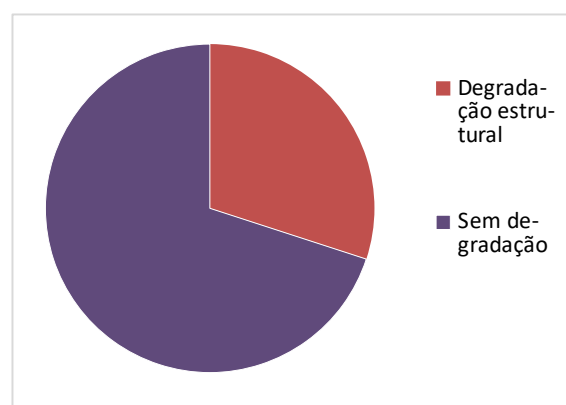


Fig. 13: Gráfico de dano estrutural

Diante desse quadro delicado e por falta de perspectivas que confirmassem o tratamento de conservação e restauração da coleção, foi favorecida a ideia de sustentar sua preservação, resguardando a informação nela contida.

O acervo foi então digitalizado e colocado em banco de dados. Essa fase contou com a participação de alunos do Curso de Conservação e Restauração da UFRJ³⁰.

A digitalização foi feita em dois métodos; para os objetos que suportavam maior manuseio foi utilizada a máquina multifuncional³¹ e os mais frágeis foram fotografados com a

29 O trabalho recebeu o prêmio de 1º Lugar Geral do Centro de Letras e Artes

30 Karen Lopes dos Santos Cunha, Mariana Diniz e Janini da Conceição Suarez

31 HP Laser Jet Pro CM 1415fnw color MFD

câmera Sony DSC 1308. O banco de dados³² foi criado pelos arquivistas do CCS³³ utilizando Plataforma Acces³⁴.

Os dados são gerenciados pela coordenação do PROAHCC e pela Diretoria Adjunta de Extensão da Faculdade de Odontologia. Os documentos, separados por unidade documental e acomodados em caixas de polionda estão sob a guarda da direção da unidade.

3.4. Documentos do museu – o itinerário

Em 2015, de posse dos documentos do Museu Chryso Fontes foi possível perceber que o museu, compreendia de forma fundamental a importância de sua documentação “de acordo com os padrões nacionais e internacionais”, e que atendia às suas necessidades específicas. (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009)

O museu registra seus objetos, incluindo informações “sobre a origem, o material, as dimensões, a autoria, a procedência, o modo de aquisição, o estado de conservação, a função, o uso e a fotografia de cada bem cultural.” (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009), faltando aqui, nesse caso, somente a fotografia.

Contou com a colaboração da museóloga Aletta Maria Trompowsky Livramento de Oliveira na organização de seu acervo, o que pode ter sido decisivo na estruturação desse sistema de informação que funcionou ativamente e contava com: livros de registro, ficha de arquivo e etiquetas de identificação nos objetos. Concretizando o que segundo Chagas “é fundamental que a documentação do acervo”, “atenda às normas internas e específicas de cada museu.” (CHAGAS e NASCIMENTO JUNIOR 2009, p.15).

O mais importante foi verificar que o museu possuía estrutura documental para suportar seu planejamento e suas ações. O Museu Chryso Fontes implantou esse sistema de forma adequada, o que pode ser constatado ao verificar que operava: informação, pesquisa, exposição, disseminação do conhecimento, e participava do cotidiano de sua unidade acadêmica. Sua documentação contempla as etapas principais de um sistema de informação, segundo Ferrez: registro, ficha e inventário. Navegou na contramão do esperado, onde “na maioria das vezes, a tendência mais forte é para o esquecimento da existência e da eficácia dos sistemas de classificação a partir dos quais esses objetos são percebidos:” (GONÇALVES 2007, p.14)

32 Foi utilizado o indexador da UFF

33 Leandro Carvalho, Maurício Azevedo e Vinícius Klein.

34 Software instalado maior parte dos terminais de computador do centro acadêmico.

Tinha conhecimentos de organismos internacionais de troca de conhecimentos nas áreas que orientam sobre a organização da informação, o que mostra o cuidado com a atualização sobre os processos museológicos, onde destaca Cury que,

A museologia, há décadas, deslocou o seu objeto de estudo dos museus e das coleções para o universo das relações, como: a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto. (CURY 2012, p.273).

E pode ser que, pelo fato de ser um museu universitário, com sua formação justaposta a um momento de prosperidade da Faculdade de Odontologia faça dele uma situação inevitável para a qualidade das relações, que hoje vemos que o museu possa empreender, e que no momento de sua criação possa ter sido uma grande visão de futuro.

A documentação museológica é o primeiro e último momento da existência de um museu. O primeiro compreendendo o plano museológico e o registro de seu acervo, o último porque sua documentação não pode ser descartada, “no caso de extinção dos museus, os seus inventários e registros serão conservados pelo órgão ou entidade sucessora”. (BRASIL, 2009), e assim, um museu nunca morre.

A presença da documentação é a presença do objeto. Mesmo quando “guarda e perda, preservação e destruição caminham de mãos dadas pelas artérias da vida.” (CHAGAS 2009), o objeto se coloca de forma imponente, com uma “presença incontornável e difusa” (GONÇALVES 2007) e onde independente da forma como estão dispostos ao público,

Em sua presença incontornável e difusa, usados privada ou publicamente, colecionados e expostos em museus ou como patrimônios culturais no espaço das cidades, os objetos influem secretamente na vida de cada um de nós. Perceber e reconhecer esse fato pode trazer novas perspectivas sobre os processos pelos quais definimos, estabilizamos ou questionamos nossas memórias e identidades. (GONÇALVES, 2007, p.10)

Preservar a documentação do museu Chryso Fontes é o primeiro passo para preservar todos os seus objetos. Cientes de que “também não está explícito no anúncio acima referido que guardar a coisa (a imagem ou o artefato testemunho) não significa evitar o esquecimento, assim como perder a coisa (ou o objeto documento) não significa perder a memória.” (CHAGAS 2009), estejamos concisos que o esforço mesmo que partindo de único sujeito só terá validade se reconhecido e amparado pelo grupo.

Considerações Finais

Essa coleção histórica e artística é composta de variados materiais constituintes de objetos importantes para a manutenção da memória da faculdade de odontologia ao longo do tempo. Seus objetos simbólicos relacionam o percurso da faculdade desde sua criação, dentro da Faculdade de Medicina da UFRJ, passando pelas mudanças implementadas pela ciência, no ensino e tratamento de pacientes. A figura do catedrático, diretor, ministro e reitor associam-se nessa proximidade do curso coma gestão em nível central. Ciente das imbricações nos campos da história das ciências, ciência, história, sociologia, história da arte, juntam-se os conhecimentos da conservação e restauração, tornando possível a manutenção dessas relações, ao fomentar a permanência desses objetos.

A reorganização do museu é um dos primeiros passos para que o mesmo possa voltar a se envolver com a sociedade, a partir dos significados pensados e atribuídos pelo grupo social que representa.

A diligência das instituições na guarda e salvaguarda de seus acervos é tarefa das mais árduas perante a constante degradação intrínseca e extrínseca dos materiais dele componentes, e à difícil gestão financeira e de recursos humanos. Contudo, não podemos esquecer que a responsabilidade pela preservação em todos os âmbitos é do tutor ou curador do acervo, e a nível central da instituição formadora. Esses grandes desafios não são exclusivos do Museu da Odontologia, ocorrendo mesmo em organismos que tem essa atividade como fim. Deixando nítido que a operacionalização fica comprometida devido aos altos custos da manutenção dessa dinâmica, mas não torna a ação inalcançável.

O caminho está aberto, não só à solução de problemas emergenciais como para o encontro de novas parcerias que congreguem saberes e desafios nas inter-relações de seus conhecimentos, para que o Museu possa reestabelecer sua dinâmica dialógica no campo da pesquisa e extensão, não só com sua unidade mãe, mas com toda a sociedade.

Referências

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: Ressonâncias, apropriações, vigilâncias. *e-cadernos ces*, 2014. Disponível em: <http://eces.revues.org/1742>; DOI: 10.4000/eces.1742 Acesso em: 11 de março de 2015.

AROUCA, Rafael. *Breve Histórico Ilustrado da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria Santos Editora, 2008.

BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

BRASIL. Decreto nº 9.311, de 25 de outubro de 1884. Dá novos Estatutos às Faculdades de Medicina. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html>

__. Decreto 23.512 de 28 de novembro de 1933. Organiza, sem aumento de despesa no corrente exercício, a Faculdade de Odontologia a que se refere o decreto número 19.852, de 11 de abril de 1931 Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23512-28-novembro-1933-515391-publicacaooriginal-1-pe.html>

__. Lei nº11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=11904&ano=2009&ato=c81gXVE90dVpWTed2>

BRUNO, M. Cristina O. "ICOM BR." *ICOM.ORG.BR*. 2009. http://icom.org.br/wp-content/themes/colorwaytheme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf (acesso em 29 de 01 de 2016).

CHAGAS, Mario de Souza. *A imaginação museal: museu, memória, e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Minc/IBRAM, 2009.

CHAGAS, Mario de Souza, e José do NASCIMENTO JUNIOR. "Política Nacional de Museus." Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

CHAGAS, Mario de Souza, e José do. org NASCIMENTO JUNIOR. *Subsídios para criação de museus municipais*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, 2009.

CURY, Marília Xavier. "Museu Hering Conquistas e Possibilidades Criativas." *Museu Hering*. 2012. http://www.museuhering.com.br/pageflip/Museu_Hering-Conquistas_e_Possibilidades_Criativas.pdf (acesso em 27 de janeiro de 2016).

—. "Novas perspectivas para a comunicação museológica e os desafios da pesquisa de recepção de museus." *Actas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*. Cidade do Porto: Universidade do Porto, 2010. 269 -279.

ESCOLA ANATÔMICA, CIRÚRGICA E MÉDICA DO RIO DE JANEIRO. Verbete. Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930) Casa de Oswaldo Cruz / Fiocruz. Disponível em: <https://dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/pdf/escancimerj.pdf>

FERREZ, Helena Dodd. "Documentação Museológica: teoria para uma boa prática." *IV Forum de Museus do Nordeste*. Recife, 1991.

GASPAR, Alberto. *Museus e Centros de Ciência: -Conceituação e Proposta de Referencial Teórico*. Tese, Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação/USP, São Paulo. 1993. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/brasiliana/media/gaspartese.pdf>

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus, e patrimônio*. Rio de Janeiro, 2007.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. "Labirinto de Paradoxo: Informação Museu e Alienação." Rio de Janeiro: Programa de Pós de Graduação em Ciência da Informação, 1996.

LOUREIRO, M. L. Niemeyer Matheus, LOUREIRO, José Mauro Matheus. "MIDAS OnLine." 1 de Abril de 2013. Disponível em: <http://midas.revues.org/78> (acesso em 15 de May de 2016).

MAIRESSE, André DESVALLÉES, François. *Conceitos-Chave de Museologia*. São Paulo: Bruno Brulon Soares e Marília Xavier, 2013.

MAIRESSÈ, André DESVALLÈS, e François. *Conceitos Chave da Museologia*. São Paulo, 2013.

SALGADO, T. S.: *Barbeiros sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)*. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, vol. V(2): 349-72, jul.-out. 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-59701998000200005>

PEREIRA, W. *Uma História da Odontologia no Brasil*. *Revista História & Perspectivas*, Uberlândia, v.25 n.47, p.147-173, jul./dez, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/21268>

POMIAN, Krysthop. "Coleções." In: *História e Memória*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

RANGEL, Márcio. Material do Curso Oficina de Museologia

SCHEINER, Teresa C., Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, vol.7, n.1, p.15-30, jan-abr. 2012

SOUZA, Willian Eduardo R. de., CRIPPA, Giulia. O Patrimônio como processo: uma ideia que supera a oposição material-imaterial. *Revista Em Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 241-255, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/17609/14306>

SUANO, Marlene. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1986.